



SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Antes de mais permitam-me que dirija a todos uma palavra de saudação e de profundo agradecimento por se terem dignado vir testemunhar e celebrar mais um ato do ciclo da vida institucional do Supremo Tribunal Administrativo, com a tomada de posse do seu novo Presidente, o Senhor Juiz Conselheiro Jorge Miguel Aragão Seia.

A presença de V. Exas., como testemunhas qualificadas deste ato, acrescenta a esta cerimónia a visibilidade pública e a solenidade inerentes à posse e início de funções do Presidente de um Supremo Tribunal, que, estou certa, irá conseguir honrar o legado de competência, responsabilidade, seriedade e integridade que os anteriores Presidentes nos deixaram.

E, neste contexto, permitam-me uma palavra de especial e carinhosa saudação a todos os Presidentes Eméritos com os quais tive o privilégio de trabalhar e que, com a responsabilidade que assumiram, deram força e sentido à existência deste Tribunal – os Senhores Juízes Conselheiros Fernando Santos Serra, Lúcio Barbosa, António Calhau e Vítor Gomes – oferecendo-nos jubilosas memórias coletivas.

Porque, como escreveu José Saramago nos seus “Cadernos de Lanzarote”, em duas frases que fazem todo o sentido não só em termos individuais como em termos coletivos e institucionais: *“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade talvez não mereçamos existir”*.

E permitam-me ainda que, num traço de memória feito presente, dirija uma palavra de saudação especial a todos os Senhores Juízes Conselheiros jubilados, e que foram, cada um a seu modo, os escultores do prestígio que o Supremo Tribunal Administrativo (STA) atualmente detém.

Uma saudação, acompanhada de palavras de louvor e de amizade que dirijo também aos atuais Juízes Conselheiros – do meu lado direito os Senhores Conselheiros da Secção de Contencioso Administrativo e do meu lado esquerdo os Senhores Conselheiros da Secção de Contencioso Tributário – e que são, na realidade, os grandes senhores da notável narrativa jurisprudencial deste Supremo Tribunal.

Finalmente, uma palavra de apreço para os Magistrados do Ministério Público que exercem ou exerceram funções neste Tribunal, para todos os funcionários – que são os pilares estruturantes da atividade do STA – e para todos os motoristas e agentes do



SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

corpo de segurança pessoal da PSP, não esquecendo todos aqueles que por razões de saúde ou de idade se viram obrigados a deixar-nos, mas que nunca esquecerei pela sua competência, dedicação e lealdade – como foi o caso recente do Escrivão de Direito João Grilo, e, em termos um pouco mais recuados, do Motorista Carlos Martins e do Agente de Segurança António Peneda.

Para todos eles vão palavras apreço e de gratidão por me terem ajudado a cumprir o compromisso que há cinco anos assumi como Presidente do STA e que implicava assegurar o seu histórico prestígio, maximizar a sua eficiência e estimular um ambiente propício para que este Tribunal pudesse manter-se, através do seu peso institucional e da qualidade das suas decisões, como o farol do sentido da lei para os cidadãos e agentes económicos em geral, obtendo, por essa via, a sua confiança e respeito.

Foi com essa intenção que me esforcei por dar ao STA uma presença viva e constante no espaço público, conferindo-lhe voz, visibilidade e notoriedade a nível nacional e internacional.

E aproveito este discurso, que constitui também uma despedida, para enaltecer a postura e o papel de todos os Membros do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF) com quem tive o privilégio de trabalhar durante o meu mandato. Todos puderam e souberam dialogar e expressar livremente as suas posições, com franqueza e frontalidade, sem nunca perder a sobriedade, a discrição e a urbanidade, granjeando com a sua integridade e competência a minha enorme consideração pessoal e institucional.

Mas foram, de facto, cinco anos espinhosos e desafiantes, não só no exercício das funções de Presidente do STA como, sobretudo, no exercício da liderança do CSTAF.

Recordo que tomei posse no dia 16 de outubro de 2019, cheia de ideias e de projetos para concretizar, e cerca de quatro meses após cai-me em cima uma pandemia que impediu a realização de muitos desses projetos – como era o caso da visita a todos os tribunais e o exame das suas instalações, bem como a proximidade com todos os seus magistrados e funcionários – obrigando-me a cancelar todas as visitas já agendadas e a enfrentar todas as dificuldades inerentes à súbita necessidade de adaptação a um distinto modelo de exercício da atividade judicial e a resolver problemas de desempenho em situação de confinamento.



SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

E aproveito a ocasião para expressar a minha gratidão àqueles que permaneceram diariamente comigo na solidão do STA durante a pandemia e os períodos de confinamento, dando o seu melhor para que a atividade do STA e do CSTAF pudesse continuar a desenrolar-se dentro da normalidade possível, como foi o caso dos motoristas, do Administrador do Tribunal, Dr. Rogério Martins, do meu Chefe de Gabinete e da Juíza Secretária do CSTAF.

Finalmente, uma palavra de profundo agradecimento às adjuntas e adjunto do Gabinete da Presidência do STA, pelas suas qualidades pessoais e humanas e, sobretudo, pela competência e dedicação que evidenciaram no trabalho que nele desenvolveram, sempre em acumulação com o intenso trabalho que desempenharam no âmbito do CSTAF, dado que, como sabem, este Conselho ainda não dispõe de Gabinete próprio.

Parto de coração cheio, pese embora a frustração de não ter conseguido ir mais longe, destacando duas pequenas frustrações:

- a primeira, a de não ter conseguido instalar, por falta de espaço no edifício do STA, uma sala de encontro e convívio entre Conselheiros no ativo e jubilados (e que havia prometido) e que pudesse constituir também um espaço para atividades culturais, como, aliás, o Supremo Tribunal de Justiça detém.
- a segunda, a de não ter levado avante a obra sobre a História e a Memória Coletiva do STA, ainda que existissem entidades interessados em realizá-la, e que constituiria uma excelente oferta para os Presidentes de Supremos Tribunais de todo o mundo que, de modo cada vez mais frequente, vêm a Portugal com o propósito de conhecer o STA e que nos presenteiam com esse tipo de obra sobre os respetivos Tribunais.

Excelências

Distintos Convidados

Senhoras e Senhores Magistrados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

No que toca à atividade que desenvolvi no CSTAF, esforcei-me por dar voz, corpo e alma à defesa pública da autonomia desta jurisdição, labutando até à exaustão pela



SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

conquista de meios e instrumentos para superar os constrangimentos dos seus tribunais e pela obtenção da sua Lei Orgânica, finalmente alcançada em junho do ano passado.

Altura em que obtivemos também o diploma que finalmente fixou o quadro de pessoal do CSTAF e o respetivo regime de provimento, cujo recrutamento já se encontra em curso, ainda que não tenhamos instalações para o albergar, pois o STA não dispõe de espaço disponível para o efeito e não foi concedida verba no orçamento para as adquirir ou arrendar. Acresce que este Conselho não pode recrutar assessores para os seus magistrados, ainda que previstos no ETAF de 2004, por não lhe ter sido concedido orçamento para o efeito.

Como sabem, o primeiro orçamento do CSTAF surgiu apenas este ano, razão por que esteve durante 20 anos impedido de adquirir meios humanos, materiais e informáticos de apoio à sua atividade – em particular de plataformas de dados, estatísticas e indicadores de gestão e plataformas para realização dos movimentos judiciais – e adquirir sistemas informáticos de apoio à gestão documental e de processamento funcional entre o Conselho e os magistrados.

Pelo que, durante o meu mandato, o Conselho continuou a operar unicamente com o apoio de uma Secretaria integrada por alguns funcionários facultados pelo STA e o auxílio, quando possível, de membros do Gabinete da Presidência do STA, tudo sob o diário e enérgico controlo da Juíza Secretária e sob a minha constante supervisão.

Mas este orçamento permitiu começar o recrutamento do quadro legal de pessoal. Já se encontra preenchido o exigente cargo de Diretor de Serviços de Administração Geral com uma economista detentora de competência técnica e aptidão para o exercício destas exigentes funções (uma vez que era Diretora de Serviços de Gestão Financeira da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa) e preenchido o quadro de 3 especialistas informáticos, que estão já a trabalhar na conceção de um novo *site* para o Conselho após a necessária aquisição do alojamento *Web*, e que espera apenas que V. Exa., Senhor Presidente, o avalize para se poder substituir o obsoleto *site* que há anos foi concebido pelo IGFEJ.

Por outro lado, o CSTAF já procedeu à aquisição de uma valiosa base de dados de legislação, doutrina e jurisprudência, que irá disponibilizar a todos os juízes de direito de 1.^a instância, e que o STA, com o seu orçamento próprio, também adquiriu para



SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

todos os Conselheiros, e que constituirá uma poderosa mais-valia para o seu desempenho funcional, estando já assegurada a formação de todos para uma ágil e cabal utilização.

E estamos em diálogo com o Conselho Superior da Magistratura no sentido de adquirir o acesso ao seu sistema informático de apoio à gestão e à plataforma de gestão documental e processamento funcional – o chamado IUDEX – para o qual já solicitámos verba do PRR para o efeito. Faço notar que só após a aquisição deste tipo de plataformas o CSTAF poderá colocar em vigor o Regulamento das obrigações declarativas de rendimentos e património de todos os juízes desta jurisdição, o qual, aliás, já se encontra elaborado desde 2021, dado que elas são imprescindíveis para a recolha e depósito seguro dessas declarações e que têm de ser articuladas com a existência de meios humanos habilitados para o controlo do cumprimento de entrega e fiscalização de todas elas.

Este é um dos muitos desafios que se colocam ao CSTAF com a renovada composição resultante da eleição dos novos vogais magistrados ocorrida no passado dia 2 deste mês.

Excelências

Ilustres Convidados

Senhoras e Senhores Magistrados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Permitam-me que me dirija agora ao verdadeiro protagonista desta cerimónia, o Senhor Presidente Juiz Conselheiro Jorge Miguel Aragão Seia.

Com uma experiência de 33 anos na magistratura judicial, 26 dos quais nos tribunais desta jurisdição e 10 anos no STA, é reconhecido pelo seu saber e esclarecida inteligência, pela sua competência e sentido de responsabilidade, que constituem qualidades decisivas para o exercício do cargo.

O que aliado a uma postura sempre empática e agregadora, sem nunca deixar de ser autêntica, franca e leal, irá concorrer de forma significativa para a coesão e o bom clima de trabalho no STA e para enfrentar os enormes desafios que o CSTAF constantemente coloca.



SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO

Felicito-o, pois, Senhor Presidente, pela sua eleição para tão relevante cargo e permita-me que lhe confesse a alegria que sinto em transmitir-lhe o meu legado e oferecer-lhe os frutos das árvores que fui plantando ao longo do meu mandato.

Alguns desses frutos estão prontos para serem colhidos por V. Exa. e outros estão em fase de desenvolvimento e maturação, mas exigirão um particular esforço de atenção e atuação para não murcharem ou sucumbirem. Apraz-me saber que V. Exa. irá prosseguir com essa atenção e atuação, e que continuará a dar ao STA a visibilidade e a projeção que ele detém a nível nacional e internacional, e que, no âmbito do CSTAF, saberá liderar o caminho que leva ao fortalecimento de uma jurisdição que se quer eficiente e prestigiada.

Faço calorosos votos do maior êxito no exercício do seu mandato e termino agradecendo, mais uma vez, a todos que nos honraram com a sua presença.